



ISSN: 2310-0036

Vol. 13 | Nº. 2 | 2022

José Caetano

Universidade Católica de Moçambique

Ali Atumane

Universidade Católica de Moçambique

Ruben Ulaia

Universidade Católica de Moçambique

Pe. Fernão Massena

Universidade Católica de Moçambique

Bianca Gerente

Universidade Católica de Moçambique

Domingos Rhongo

Universidade Católica de Moçambique

Dília Miguel

Universidade Católica de Moçambique



Rua: Comandante Gaivão n° 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas

Socioeconomic integration of displaced victims of terrorism in Cabo Delgado: a look at income generation projects for self-sustainability of displaced families

RESUMO

O presente estudo sobre a “integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas”, do tipo misto (qualitativo e quantitativo), decorreu entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro de 2022, tendo envolvido 3.750 inquiridos que foram seleccionados com base no critério não probabilístico intencional. O estudo visa apurar até que ponto a assistência humanitária prestada aos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado inclui a implementação de projectos ou acções que possam, a médio e longo prazo, conduzir as famílias à auto-suficiência.

Para o processamento de dados foram usadas as ferramentas Kobotoolbox, SPSS e Excel. Os resultados do estudo mostram que: (i) a maioria das organizações que prestam assistência humanitária aos deslocados focam a sua intervenção na assistência alimentar, sanitária, provimento de abrigo e saneamento do meio; (ii) poucas são as organizações que implementam projectos conducentes à auto-sustentabilidade das famílias afectadas pelo terrorismo; (iii) nas zonas de origem, a agricultura, o comércio e a pesca são as principais fontes de subsistência das famílias; (iv) nas regiões acolhedoras, mais de 80% dos deslocados não fazem nenhuma actividade de auto-suficiência, enquanto cerca de 20% se dedicam à agricultura, comércio e outras actividades.

Por outro lado, o estudo conclui que a falta de terra e de apoio técnico e financeiro constituem alguns dos desafios enfrentados pelos deslocados para o exercício de actividades geradoras de renda para subsistência.

Palavras-chave: Terrorismo, deslocados, geração de renda, integração socioeconómica.

Abstract

The present study on the “Socio-economic Integration of displaced victims caused by terrorism attack in Cabo Delgado: a look at income generation projects for self-sustainability of displaced families”, that used mixed methods (qualitative and quantitative), took place between the second half of 2021 and the first half of 2022. In this study, were involved 3,750 inquired people selected basis on a non-probability intentional selection criterion. The study aims to determine to what extent the humanitarian assistance provided to displaced victims of terrorism attack in Cabo Delgado includes the implementation of projects or actions that at medium and long term, lead families to self-sufficiency.

Kobotoolbox, SPSS and Excel tools were used for data processing. The results of the study show that: (i) most organizations providing humanitarian assistance to IDPs focus their intervention on food assistance, sanitation, shelter provision and environmental sanitation; (ii) few organizations implement projects leading to the self-sustainability of families affected by terrorism; (iii) in the areas of origin, agriculture, commerce, and fishing are the main sources of subsistence of these families; (iv) in the host regions, more than 80% of the displaced do not engage in any self-reliance activity, while about 20% engage in agriculture, commerce, and other activities.

On the other hand, the study concludes that lack of land, lack of technical and financial support are some of the challenges faced by the displaced victims to engage in income-generating activities for their livelihoods.

Keywords: Terrorism, displaced victims, income generation, socioeconomic integration.

1. Introdução

Cabo Delgado é uma província situada no Norte de Moçambique. A Norte, faz fronteira com a República Unida da Tanzânia, a Sul com a província de Nampula, a Oeste com a província do Niassa e a Este é banhada pelo Oceano Índico.

Os primeiros relatos da ocorrência de acções violentas resultantes do terrorismo em Cabo Delgado foram registados, de acordo com fontes oficiais do governo, das organizações internacionais e dos media, a 05 de Outubro de 2017 (VOA, 2022). Na sequência do deslocamento forçado de pessoas vítimas de terrorismo em Cabo Delgado, o Governo de Moçambique, vários países do Mundo, Organizações não Governamentais, congregações religiosas, sociedade civil, associações empresariais e outras, mobilizaram-se para prestar assistência humanitária às famílias afectadas. Todas essas organizações focaram a sua intervenção na assistência alimentar, sanitária, provimento de abrigo e saneamento do meio e outras.

Entretanto, alguns estudos indicam que para além da intervenção humanitária, o Governo e as organizações intervenientes no apoio às populações deslocadas, também implementaram projectos conducentes à auto-sustento das famílias afectadas por este fenómeno.

O presente estudo visa apurar até que ponto a assistência humanitária prestada aos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado inclui a implementação de projectos ou acções que possam conduzir às famílias à auto-suficiência a médio e longo prazo.

Constituem objectivos específicos do estudo: (i) descrever o perfil socioeconómico dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado; (ii) identificar as actividades geradoras de renda para auto-suficiência das famílias; (iii) caracterizar as actividades geradoras de renda para auto-suficiência das famílias; e (iv) explicar os desafios enfrentados na implementação das actividades geradoras de renda para auto-suficiência das famílias (sustentabilidade).

2. Fundamentação teórica

2.1. O Terrorismo e suas formas de manifestação em Cabo Delgado

Desde o início do conflito em Cabo Delgado, estima-se que existam cerca de 850.000 deslocados (Cabo Ligado, 2021; ONUHABITAT, 2021), vítimas do terrorismo, o que corresponde a cerca de 32,57% da população absoluta da província, estimada em “2.320.261 habitantes” (INE, 2017).

O terrorismo é uma forma instrumental de impor o medo sobre um povo, um governo ou um Estado (Galito, 2013). É um fenómeno bastante antigo e consiste no uso ilegítimo da força (Laqueur, 1988 *cit.*, em Brandão, 2020), envolvendo a violência física ou psicológica contra alvos simbólicos não combatentes prévia ou aleatoriamente selecionados com o objectivo de provocar efeitos emocionais como a ansiedade, pavor, terror, medo, para fins de controlo social (Pinheiro, 1982; Reinares, 2006 *cit.* em Alcântara, 2015). O terrorismo nasce do ódio, baseia-se no desprezo da vida humana e gera isolamento, desconfiança e retraimento; os terroristas geram violência que atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes (Riccardi, 2021).

Em África, precisamente na região dos Grandes Lagos, o terrorismo remonta à época colonial, já que os países desta região foram alvos de uma colonização imposta pelos Estados europeus que se lançaram numa cruzada para conquista de novos territórios (Nkwi, 2015, *cit.* em Brinco, 2020).

Em Moçambique, desde 5 de Outubro de 2017, o fundamentalismo religioso passou a juntar-se aos conflitos políticos como mais uma das causas de incidentes terroristas. Actualmente, o País é o 15º entre os países mais afectados pelo terrorismo no mundo e é o segundo, na África Subsaariana, com o maior aumento do número de mortos entre 2018 (133 mortos) e 2019 (359 mortos) (IEP, 2020, *cit.* em Siúta, 2020).

À medida que os ataques se alastram pelo País e, particularmente, na província de Cabo Delgado, tornando-se cada vez mais mortíferos, a necessidade de proteger e assistir à população residente nas zonas afectadas e prevenir a generalização de incidentes terroristas pelo País, torna-se cada vez mais prioritária e urgente. O Escritório da Organização das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, 2021, *cit.* em Cacinda, 2021) revelou que cerca de 1,3 milhão de pessoas precisam urgentemente de assistência humanitária e protecção nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, devido aos ataques terroristas na província de Cabo Delgado.

Cabe ao Estado e Governo moçambicanos o dever e responsabilidade primários de criar condições, bem como fornecer os meios, que permitam o regresso ou a reinstalação dos deslocados em segu-

rança e com dignidade, assim como desenvolver todos os esforços possíveis para facilitar a reintegração dos deslocados internos (OCHA, 1999), contando com o indispensável apoio de outros estados e governos, assim como das agências humanitárias e outras organizações (Nascimento, 2011).

2.2. Integração Socio Económica dos deslocados do Terrorismo em Cabo Delgado

A situação socioeconómica das famílias é uma medida total agregada, económica e sociológica duma família em relação às outras. Para explicar a socioeconómica das famílias, examina-se a renda familiar, através de atributos como a renda (para os assalariados), educação, ocupação, bem como a renda combinada de todas actividades. Com base nesses critérios, as famílias podem ser enquadradas em três níveis (alto, médio e baixo), em função dos níveis alcançados na renda familiar, educação, habitação e ocupação.

No estudo de Feijó (2022), refere que por causa de acções terroristas, os deslocados internos viram a sua actividade agrícola, pecuária, pesca, comércio, que lhes garantiam a sobrevivência reduzidas. Com efeito, muitos dos deslocados não praticam actividades agrícolas em Mapupulo (Montepuez, 60,6%), e na cidade de Pemba (97,1%), com maior incidência para os deslocados que estão reassentados no bairro de Paquitequete. A falta de espaço para cultivo é apontada como sendo o maior obstáculo à pratica da agricultura.

3. Desenho Metodológico

Este é um estudo exploratório, porque pretende obter uma visão geral e aproximada da problemática da inserção socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. Misto, porque é marcado por duas vertentes: (i) qualitativa que tem como base de sustentação, a aplicação de um inquérito por entrevistas e (ii) quantitativa que é corporizada pela aplicação de um inquérito por questionário. O uso do método quantitativo, na perspectiva de Vaz Freixo (2012), empresta ao estudo, uma maior precisão e objectividade. A abordagem quantitativa permitiu fazer a comparação entre variáveis envolvidas no estudo, a generalização das informações obtidas a partir dos dados colhidos da amostra para a população estudada e inferência dos resultados obtidos. Por outro lado, o uso do método qualitativo ou interpretativo, de acordo com Frederick Erickson (1986) citado em Vaz Freixo (2012) permitiu, no contexto natural dos acontecimentos, observar, ouvir, descrever, interpretar e focar o interesse central no significado conferido pelos actores que foram entrevistados, às acções nas quais se empenham no processo de assistência humanitária aos deslocados, como produto de um processo de interpretação que desempenha um papel-chave na vida social, como é o caso em estudo. A presente in-

investigação, como escreve Gallego (2009), enquadra-se, igualmente, na categoria de pesquisa-acção pois, o caso em abordagem, visa melhorar os processos de integração socioeconómica dos deslocados.

A pesquisa bibliográfica foi, sem dúvida, o ponto de partida e uma importante fonte de sustentação teórica para a realização do presente trabalho. Consistiu na consulta de fontes bibliográficas nacionais e internacionais relevantes para o estudo.

Constituem população do presente estudo os deslocados que, à data da realização do inquérito, se encontravam nos centros de reassentamento de Metuge (144.840), Montepuez (56.000.), Mecúfi (4.934), Chiure (31.143) e Pemba (+40.000), em Cabo Delgado, totalizando 276.917 (32,57% do universo de mais de 850.000 deslocados). Esses deslocados são originários de 10 (dez) distritos da província de Cabo Delgado, nomeadamente: Quissanga (37,6%); Mocímboa da Praia (20,7%); Macomia (17,4%); Muidumbe (16,7%), perfazendo 92,4% da população estudada. Os restantes 7,6% são cobertos pelos distritos de Palma, Nangade, Meluco, Mueda, Ibo e Metuge.

A amostragem foi não probabilística intencional/casual. Para se encontrar a amostra do estudo, as equipas de inquiridores, depois de obter a devida autorização das autoridades governamentais competentes, dirigiram-se aos centros de deslocados e, com apoio dos líderes locais, foram identificados os chefes dos agregados familiares que, de forma voluntária e anónima, através da manifestação verbal do consentimento, participaram do inquérito. Tanto aos sujeitos, assim como aos participantes, foi garantida a confidencialidade dos dados por eles fornecidos.

Porque nos centros de deslocados as famílias vivem em espaços confinados, em três semanas de trabalho de campo, foi possível colher uma amostra de 3.748 chefes de agregados familiares deslocados de guerra, assim distribuídos: Metuge 1616 inquiridos (43,12%); Pemba 845 (22,55%); Chiure 522 (13,93%); Montepuez 474 (12,65%); Mecúfi 285 (7,6%). Dos 3.748 inquiridos, 46,71% são do género masculino e 53,29%, do género feminino.

A escolha dos participantes do estudo foi intencional, tendo em conta a disponibilidade dos entrevistados, a natureza do estudo, seus objectivos e variáveis envolvidas. Assim e de forma voluntária, neste estudo participaram representantes das instituições do Governo (Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres, Administradores/Secretários Permanentes Distritais, Directores dos Serviços Distritais das Actividades Económicas); representantes das agências humanitárias das Nações Unidas e de outras entidades/países; representantes das ONGs; representantes das congregações religiosas; re-

presentantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha e da Cruz Vermelha de Moçambique; representantes das ONGs e da Confederação das Associações Económicas (CTA).

O inquérito por questionário, inquérito por entrevistas e 18 tablets constituíram os principais instrumentos de recolha de dados. O inquérito por questionário continha perguntas fechadas e abertas e estava dividido em quatro partes, nomeadamente: (i) identificação do inquiridor, (ii) perfil dos deslocados que procura saber sobre a proveniência dos deslocados (distrito, posto administrativo, aldeia), agregado familiar, línguas faladas, género, nível de escolaridade, habilidades de leitura e escrita, profissão, habilidades profissionais (o que sabe fazer), dificuldades enfrentadas pelos deslocados na altura da sua chegada ao centro de acomodação temporária ou reassentamento e apoio recebido; (iii) caracterização das actividades geradoras de renda, que inclui o levantamento sobre as fontes de rendimento na zona de origem e actividades que os deslocados exerciam na região acolhedora até à data da realização do inquérito. O inquérito por entrevistas incidiu sobre cinco aspectos, nomeadamente: (i) identificação do entrevistador; (ii) identificação da instituição entrevistada (nome da instituição, tipo/natureza da instituição); (iii) tipo de apoio que presta aos deslocados (apoio directo e/ou apoio indirecto); áreas de intervenção e local onde presta o apoio; (iv) descrição do processo de apoio e desafios enfrentados na integração socioeconómica dos deslocados. As entrevistas decorreram nos locais de trabalho dos entrevistados.

O levantamento de dados foi feito por uma equipa composta por 18 estudantes da UCM que fizeram o inquérito nos distritos de Metuge e Mecúfi e 18 voluntários da Cruz Vermelha de Moçambique, que trabalharam nos distritos de Montepuez e Chiure, treinados e supervisionados por 04 docentes e investigadores da Universidade Católica de Moçambique.

A colecta e processamento primário de dados foram feitos usando a ferramenta *kobotoolbox*, a mais usada em estudos de emergências humanitárias. O processamento e análise de dados – *SPSS* e *Excel*. Para a validação dos dados fez-se a triangulação, visando conciliar as informações fornecidas pelas diferentes fontes.

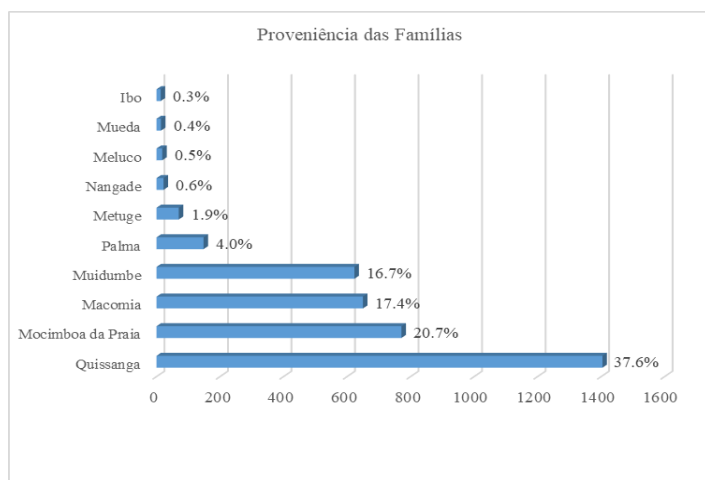
4. Apresentação e discussão dos Resultados

4.1 . Perfil dos deslocados

4.1.1. Proveniência e línguas faladas

A maioria (92,4%) dos chefes de agregados familiares que responderam ao estudo provêm dos distritos de Quissanga (37,6%), Mocímboa da Praia (20,7%), Macomia (17,4%) e Muidumbe (16,7%), como o gráfico indica. Os restantes 7,6 % eram provenientes dos distritos de Palma, Metuge, Nangade, Meluco, Mueda e Ibo. O distrito de Metuge tem a particularidade de ser distrito acolhedor e, também, de proveniência pois, a população deste distrito, residente na região fronteiriça com Quissanga também se deslocou para a sede do distrito.

Gráfico1: proveniência das famílias



Os deslocados são maioritariamente falantes das línguas Emakua (36,9%), Kimwani (36,37%), Chimakonde (25,19%), representando uma frequência acumulada de 98,46%. Os falantes do Yao, Swahili e de outras línguas representam, no global e na mesma proporção (0,64% cada uma delas), e 1,92% da população estudada. O facto de haver uma proporção representativa do mosaico étnico e cultural da província de Cabo Delgado na população estudada, pode levar-nos a afastar a eventual hipótese da existência de conflito de natureza tribal em Cabo Delgado, pelo menos no que diz respeito ao terrorismo.

4.1.2. Distribuição etária dos inquiridos

As idades dos inquiridos variam entre 15 e mais de 60 anos. O estudo mostra que dos 3741 inquiridos que mencionaram as suas idades, 46,7% são homens e 53,3%, mulheres.

Tabela 1: Distribuição etária dos inquiridos

Faixa etária	Frequência			Porcentagem		
	H	M	Total	H	M	Total
15-19 anos	79	121	200	2.1	3.2	5.3
20-24 anos	234	322	556	6.3	8.6	14.9
25-29 anos	253	265	518	6.8	7.1	13.8
30-34 anos	245	268	513	6.5	7.2	13.7
35-39 anos	223	223	446	6.0	6.0	11.9
40-44 anos	187	199	386	5.0	5.3	10.3
45-49 anos	174	143	317	4.7	3.8	8.5
50-54 anos	113	144	257	3.0	3.8	6.9
55-59 anos	71	88	159	1.9	2.4	4.3
+60 anos	169	220	389	4.5	5.9	10.4
Total	1748	1993	3741	46.7	53.3	100

Os resultados definitivos do censo populacional de 2017 indicavam que a província de Cabo Delgado tinha 2.320.261 habitantes. Destes, 48,45% eram do género masculino e 51,55% eram do género feminino. Uma análise comparativa da distribuição da amostra por género e da população absoluta de Cabo Delgado de acordo com o censo de 2017, indica que não há diferença significativa entre esses dados.

A tabela mostra que entre os deslocados chefes de agregados familiares existem menores com idades compreendidas entre 15 e 19 anos (5,3%). Por outro lado, parte significativa (10,4%) dos deslocados chefes de famílias é constituída por idosos (com de 60 ou mais anos de idade). Esta constatação estatística chama a atenção dos actores do processo de reintegração socioeconómica dos deslocados para um olhar mais atento a esses grupos vulneráveis. Outro pormenor importante que o estudo nos mostra, está relacionado com o relativo equilíbrio entre as faixas etárias que se situam entre os 20 e 44 anos de idade, que acumulam a frequência de 64,6% dos inquiridos. A faixa etária dos 20-24 constitui a moda da frequência estatística. A média das idades situa-se na faixa etária de 35-39 anos de idade. Os dados mostram que entre as faixas etárias existe uma grande variabilidade (53%).

4.1.3. Habilidades de leitura e escrita e níveis de escolaridade

O inquérito por questionário permitiu constatar que 39,4% dos inquiridos sabem ler e escrever e os restantes 60,4% não sabem ler nem escrever. Estes dados, foram comparados aos do censo populacional de 2017, referentes às faixas etárias que vão de 15 até 80 anos e mais. Da análise feita a esses dados resulta que, a nível nacional, as faixas etárias em referência cobriam um total de 13.513.134 habi-

tantes. Destes, 8.643.517 (63,9%) sabiam ler e escrever, enquanto 4.869.617 (36,1%), não sabiam ler e escrever. Daí resulta que, quando comparadas às do nível nacional, as percentagens de cidadãos que sabem ler e escrever na província de Cabo Delgado são extremamente baixas (39,4%), contra 63,9% do nível nacional, o que é preocupante pois, estes dados indicam claramente que 60,6% da população estudada não sabe ler nem escrever.

A nível de Cabo Delgado e nas faixas cobertas pelo presente estudo, dos cidadãos que até 2017 sabiam ler e escrever, 4.407.842 (50,9%) eram homens e 4.235.675 (49,1%), eram mulheres e, dos que não sabiam ler e escrever, 1.813.690 (37,3 %) eram homens e 3.055.927 (62,7%) eram mulheres. Contrariamente ao que acontece a nível nacional, em Cabo Delgado o desnível entre a população masculina e feminina no que diz respeito às habilidades de leitura e escrita, é extremamente acentuado.

Quanto ao nível de escolaridade, dos 3748 inquiridos, apenas 2410 respondentes revelaram o seu grau de escolaridade. Destes, 44,9% disseram ter concluído o nível primário, 17,61%, o ensino secundário e apenas 1,09% referiram que possuíam formação do subsistema do ensino técnico profissional. Estes dados põem em evidência a fragilidade do sistema de educação em Moçambique pois, não se pode falar da promoção do auto-emprego sem que se dê a devida atenção à formação profissional.

4.1.4. Fontes de renda na zona de origem

A maioria dos inquiridos (67,72%) disse que nas zonas de origem tinha na prática da agricultura a sua principal fonte de subsistência. O comércio e a pesca ocupam o segundo e o terceiro lugares com cerca de 36,9% e 11,5% dos respondentes respectivamente a referirem estas actividades como sendo as principais fontes de subsistência, depois da agricultura. A prática de actividades relacionadas com a carpintaria, construção civil, serralharia, electricidade, canalização, corte e costura, mecânica, artesanato, culinária, condução de automóveis, restauração, prestação de serviços de transporte, serviços de higiene e limpeza, fabrico de pão e de outros derivados de farináceos, salão de beleza/barbearias, escultura, exploração de salineiras é bastante insipiente, com preferências por partes dos inquiridos, que variam entre 0,05 e 3,79%. Este espectro diz-nos de forma indirecta, que tais ofícios são preteridos como fonte de subsistência, por um lado, devido à fraca procura de profissionais formados/treinados nessas áreas e, por outro devido à falta de instituições ou unidades de ensino profissional/vocacional que pudessem preparar os jovens para a vida profissional, económica e social com foco no auto-emprego.

Do cruzamento dos dados referentes às principais fontes de rendimento dos deslocados percebe-se que: (i) 54% dos inquiridos que disseram que eram praticantes de agricultura, dependem exclusivamente da prática agrícola; 29% para além da agricultura, também praticam actividades comerciais e 9%, a pesca; (ii) dos que disseram que eram comerciantes, 30% dependem exclusivamente desta actividade, 53%, para além do comércio, também praticam a agricultura e 10%, a pesca; (iii) dos que declaram ser pescadores, apenas 10% vivem exclusivamente da pesca, 51% também praticam a agricultura e 32%, o comércio. Esses dados demonstram a complementaridade e subsidiariedade das diferentes fontes de subsistência das comunidades, aspectos que devem ser considerados quando se trata da promoção de actividades de reinserção socioeconómica dos deslocados.

Estes dados comprovam que a agricultura é a principal fonte de subsistência dos deslocados na sua zona de origem, para além de outras actividades subsidiárias.

4.2. Caracterização das actividades de auto-suficiência dos deslocados

4.2.1. Actividades exercidas pelos deslocados nas zonas de acolhimento

Relativamente à caracterização das actividades de auto-suficiência dos deslocados nas zonas acolhedoras, à data da realização do inquérito, 743 (19,9%) dos 3740 inquiridos, disseram que estavam a exercer alguma actividade de auto-suficiência ou de geração de renda enquanto 2997 (80,1%) inquiridos afirmaram que não estavam a realizar nenhuma actividade de auto-suficiência, dependendo, deste modo, totalmente da ajuda humanitária para a sua subsistência. Dos 743 inquiridos que faziam alguma actividade de subsistência, 281 famílias inquiridas que corresponde 36,2% dedicavam-se à prática de agricultura, (30,4%) ao comércio; 21,6%, dedicam-se a outras actividades, 4,4% à carpintaria, 3,6% à construção, 1,9% ao artesanato, 0,9% à pesca, 0,8% à serralharia e, por fim, 0,3% dedicavam-se à pecuária.

Dos 2997 chefes de agregados familiares que não exerciam nenhuma actividade, 58,9% disseram que gostariam de praticar o comércio como fonte de auto-suficiência, 30,1% a agricultura; 3,5% gostariam de exercer outras actividades; 1,2% construção, 1,0% corte e costura, 0,3% a pecuária, 0,3% a serralharia e 0,2% gostariam de dedicar-se ao artesanato.

4.2.2. Apoio prestado aos deslocados

Os resultados do presente estudo indicam que 89.51% dos agregados familiares receberam apoio alimentar. Para além de alimentos, 42.9% foram apoiados em abrigo, 17.69% receberam assistência médica e medicamentosa e 11.23% receberam apoio na aquisição de novos documentos.

Para o desenvolvimento de actividades de auto-suficiência e à data da realização do inquérito, 2.21% dos inquiridos referiram ter recebido algum apoio para a prática de agricultura, 2.21% para a prática de pequenos negócios, 1.6% meios de subsistência, 0.48% capacitação profissional, 0.21% para a prática de pesca, 0.08% construção, 0.05% tiveram apoio em ferramentas para a serralharia e 4.35% das famílias inquiridas disseram ter recebido outro de tipo de apoio. Estes dados apontam para a necessidade de se potenciar a capacidade das famílias deslocadas para a prática de actividades de geração de renda.

Tabela 2. Cruzamento do apoio recebido para actividades de subsistência e distrito onde foi concedido

Actividade	Distrito					
	Chiure	Mecúfi	Metuge	Montepuez	Pemba	Total
Agricultura	35	7	108	73	-----	223
Pequenos negócios	1	4	74	2	2	83
Capacitação profissional	-----	1	6	-----	11	18
Meios de subsistência	1	1	53	3	2	60
Carpintaria	3	-----	2	1	2	8
Pesca	-----	2	2	-----	2	6
Pecuária	-----	-----	2	1	-----	3
Construção civil	2	-----	-----	1	-----	3
Serralharia	-----	-----	-----	1	1	2
Total	42	15	247	82	20	406

No que diz respeito ao apoio dado às famílias deslocadas para a prática da agricultura, o estudo revela que 4.83% das famílias receberam instrumentos para o cultivo, 3.34% receberam sementes, 0.24% tiveram assistência de um profissional de extensão agrária, 0.11% tiveram apoio para a criação de uma associação e 0.05% foram apoiados na comercialização. Para a pecuária somente 0.03% dos inquiridos afirmaram ter recebido instrumentos para iniciar com a actividade pecuária. Para a actividade de pesca, 0.03% tiveram acompanhamento no exercício das suas actividades, 0.03% tiveram assistência na alocação de uma área para o exercício da actividade de pesca e 0.03% foram atribuídas artes de pesca. No concernente ao artesanato, carpintaria, construção e serralharia, 0.27% foram entregues equipamentos necessários para o início da sua actividade, 0.13% foram alocados espaços para o exercício dessa actividade, 0.8% tiveram assistência técnica, 0.8% tiveram acompanhamento na comercialização e 0.8% assistência na criação de uma associação. Relativamente ao apoio para o início de pequenos negócios, 1.44% dos inquiridos tiveram apoio, 0.48% tiveram orientação de como fazer o seu negócio, 0.27% fo-

ram atribuídos espaços para a realização da actividade, 0.11% tiveram acompanhamento de base e 0.08% tiveram apoio para a criação de uma associação.

Analogamente, 0.11% se beneficiaram de uma capacitação profissional na agricultura, 0.11% em electricidade, 0.08 em empreendedorismo, 0.05% na pesca, 0.05% construção civil, 0.05% serralharia, 0.05% carpintaria e 0.08% em outras áreas. Estes dados, mostram que, apesar das áreas mencionadas possuírem um elevado potencial para a auto empregabilidade dos jovens, elas são relegadas para o plano secundário.

Quanto ao apoio financeiro, o estudo indica que 80.63% das famílias inquiridas não receberam nenhum apoio financeiro e 19.05% é que receberam algum apoio financeiro, dentre os quais, 33% das famílias inquiridas usaram o dinheiro para a compra de vestuário, 26% usou dinheiro para a compra de alimentos, 22% investiu-o em pequenos negócios, 6% para compra de utensílios domésticos, 3% para a construção de casas, 1% para agricultura e 9% usaram para outros fins não especificados.

4.3. Desafios na implementação das actividades

Dos 3706 chefes dos agregados familiares que responderam à pergunta “tem terra para fazer machamba”, 699 (18,8%) responderam positivamente, tendo referido que, no total, foram atribuídos 1000 hectares correspondendo a uma média de 2 hectares por família. 41.8 % dos 1000 hectares foram alocados aos deslocados inqueridos em Metuge, 32.8% em Chiure, 12.6% em Montepuez e apenas 6.2% em Pemba.

Por outro lado, das famílias que tiveram acesso à terra, 12.67% tiveram dificuldades em adquirir insumos agrícolas, 9.93% em adquirir instrumentos de trabalho, 4.78% na produção e 2.77%, na comercialização.

No que concerne ao artesanato, construção civil, serralharia e carpintaria, os desafios residem, de acordo com 2.53% dos respondentes, na fraca disponibilização de ferramentas, matéria-prima; (2.51%) disseram que enfrentavam desafios na disponibilização de espaço para a prática das actividades; 1.41% disseram ter experimentado alguma dificuldade na aquisição de instrumentos de produção; 0.43% referiram ter experimentado alguma dificuldade no próprio processo de produção, enquanto 0.43% tiveram dificuldade na venda de produtos.

Como em todos espaços geográficos que sofrem as acções terroristas, em Moçambique o terrorismo é uma forma instrumental de impor o medo sobre o povo, o governo e o Estado (Galito, 2013),

nasce do ódio, baseia-se no desprezo da vida humana e gera isolamento, desconfiança e retraimento; os terroristas geram violência que atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes (Riccardi, 2021). Essas acções obrigam o Governo, instituições humanitárias, sociedade civil e outros intervenientes a fazer tremendos esforços para garantir segurança para os cidadãos e prestar assistência humanitária de emergência e de integração socioeconómica às famílias afectadas.

Esse processo traz consigo enormes desafios, nomeadamente, (i) necessidade de o Estado deter reservas de terra para reassentamento e integração socioeconómica de deslocados internos em caso de conflito ou calamidades; (ii) existência de aparente conflito de terras entre os deslocados e as comunidades acolhedoras; (iii) grande mobilidade dos deslocados de um centro para outro, aliada à falta de critérios credíveis para a triagem, identificação e registo fiável dos deslocados para garantir a determinação do grau de vulnerabilidade de cada família deslocada; (iv) evidente dificuldade de conciliar a assistência humanitária de emergência e o desencadeamento de actividades de desenvolvimento comunitário por causa da exiguidade de recursos; (v) necessidade de capacitar jovens e mulheres em ofícios relevantes e significativos, financiar pequenos projectos para geração do auto-emprego e garantir a efectivação da escolaridade obrigatória inclusiva e profissionalizante; (vi) persistência da falta de coordenação eficiente e eficaz entre as organizações humanitárias na assistência humanitária de emergência e para integração socioeconómica tanto aos deslocados que chegam e permanecem nos centros de reassentamento, assim como os que regressam às zonas de origem ou se fixam em outros espaços geográficos; (vii) necessidade de não negligenciar o imperativo de se providenciar a indispensável assistência às populações acolhedoras e aquelas que sofreram os efeitos das calamidades naturais e (viii) necessidade de, criteriosamente, se continuar a prestar o apoio necessário aos deslocados na aquisição de documentos de identificação.

Perante todos esses desafios, surge a seguinte pergunta: como promover a participação das famílias deslocadas em actividades conducentes ao alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável?

5. Considerações finais

Face às acções terroristas que provocaram mais de 850.000 deslocados, o Governo, instituições humanitárias, sociedade civil e outros intervenientes uniram-se para garantir segurança para os cidadãos e prestar assistência humanitária de emergência e de integração socioeconómica às famílias afectadas.

Entretanto, a maioria das organizações que prestam assistência humanitária aos deslocados focam a sua intervenção na assistência alimentar, sanitária, provimento de abrigo e saneamento do meio e poucas são as organizações que implementam projectos conducentes à auto-sustentabilidade das famílias afectadas pelo terrorismo. Por isso, considera-se que as acções de integração socioeconómica dos deslocados, para além de providenciar a assistência alimentar e de abrigo temporário, deviam, também e em paralelo, apoiar às famílias deslocadas a desenvolver actividades que pudessem ajudá-las a gerar renda para a sua subsistência.

Nas zonas de origem, a agricultura, o comércio e a pesca são as principais fontes de subsistência das famílias e nas regiões acolhedoras, mais de 80% dos deslocados não fazem nenhuma actividade de auto-suficiência, enquanto cerca de 20% se dedicam à agricultura, comércio e outras actividades. A falta de terra e de apoio técnico e financeiro constituem alguns dos desafios enfrentados pelos deslocados para o exercício de actividades geradoras de renda para subsistência.

O espaço temporal entre a assistência humanitária básica e implementação de projectos de auto-suficiência e geração de renda pode ser reduzido, se algumas questões críticas tais como (i) o desenho e implementação de um formulário-padrão para o registo do perfil de deslocado, que responda às necessidades de todas áreas de intervenção, (ii) disponibilização de terra para implementação das actividades de geração de renda familiar, (iii) disponibilização de ferramentas de trabalho, insumos agrícolas e de recursos financeiros, acompanhados de acções de formação em áreas relevantes para o sucesso na implementação de programas de integração socioeconómica dos deslocados e (iv) disponibilização de assistência técnica às famílias, forem atendidas.

Referências Bibliográficas

Alcântara, P. D. (2015). Terrorismo: Uma Abordagem Conceitual. (DSPACE, Ed.). Obtido em 7 de Julho de 2021, de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1885/51357>

Antunes de Souza, M. C. (2012). A (in) aplicabilidade do Estatuto dos Refugiados para os Deslocados Ambientais.

Brandão, W. R. (2020). O Terrorismo e a Multiplicidade de Interpretação: A Lógica Racional das Teorias

- Racionalistas, a Construção Discursiva das Teorias Reflexivistas e as Relações Internacionais. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia.
- Brinco, R. N. (2020). O Terrorismo Religioso na Região dos Grandes. Universidade Beira-Interior.
- Cacinda, J. (2021). Deslocados de guerra em Cabo Delgado: Narração de Sofrimento. Maputo: Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação – SEKELEKANI.
- Carlos Eduardo Franco Azevedo, L. G. (2013). A Estratégia de Triangulação: Objectivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e contabilidade. Brasília: EnEPQ.
- Constantino, P. M. (2016). União Europeia e Terrorismo: uma co construção do sector privado de segurança? Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Galito, M. S. (2013). Terrorismo, Conceptualização do Fenómeno. Lisboa: CEsa (Centro de Estudos sobre africa e do Desenvolvimento).
- Grubba, L. S., & Monteiro, K. F. (2018). Deslocamento interno e direitos humanos: o problema dos desastres ambientais. Curitiba: Rev. Direito Econ. Socio ambiental.
- Habibe, S., Forquilha, S., & Pereira, J. (2019). Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique. Maputo: IESE.
- Instituto Nacional de Estatística (2017)
- Leal, M. D., & Leite, A. C. (2012). A política Externa Brasileira e a Questão dos Deslocados Ambientais: Breves Reflexões Sobre a (Des) Protecção dos Haitianos no Brasil. Brasil: Revista de Estudos Internacionais (REI).
- Luedy, T., Paz, R., Vitoriano, N., Bastos, B., Melo, F., & Ayres, A. B. (2017). A Ameaça do Terrorismo Internacional sobre a Amazónia Setentrional Brasileira. Brasil.
- Maciel de Sousa, S. V. (2019). Conceito de Refugiado: Historicidade e Institucionalização. Brasil: ANPUH.
- Martins, R. F. (2010). Acerca e Terrorismo e de Terrorismo. Lisboa: IDN (Instituto de Defesa Nacional).
- Nascimento, A. (2011). Pessoas Deslocadas Internamente: da actuação do Estado soberano à intervenção da comunidade internacional. Sociologia, Problemas e Praticas, n.º 66, 2011, pp. 117-
-

134.

OCHA. (1999). *Manual de Aplicação dos Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos* .

OCHA - Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários.

Oliveira, E. C. (2005). A Protecção Jurídica Internacional dos Deslocados Internos.

Pinheiro, J. A. (26 de Fevereiro de 1982). Terrorismo Internacional: Conferencia Proferida no Instituto da Defesa Nacional, ao Curso de Defesa Nacional . Nação e Defesa. Lisboa, Portugal.

Procópio, A. (2001). Terrorismo e Relações internacionais. Brasília: Rev. Bras. Polit. Int.

Riccardi, Andrea (2021). O Papel da Igreja Católica na Promoção da Paz. Comunicação apresentada no V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, em Novembro de 2021.

Schmied, P. (2018). Guia Rápido para Recolha de Dados com Telemóveis. People in Need . www.indikit.net. Obtido de People in Need.

Siuta, M. (2020). Protecção Social em Contexto de Terrorismo: que Implicações tem a Insurgência Islâmica nos Mecanismos Formais de Protecção Social em Moçambique? Maputo: IESE

VOA (2022). Cabo Delgado: Cinco anos depois dos primeiros ataques, conflito tem novas dimensões, Jornal VOA, edição outubro 07, 2022, por Ramos Miguel, Obtido em 15 de Outubro de 2022, de <https://shre.ink/m2wo>

Ligado, Cabo. 2021. Cabo Ligado Mensal : Setembro de 2021 , Cobservatorios de Conflitos.

ONUHABITAT. 2021. A DIMENSÃO TERRITORIAL DOS DESLOCAMENTOS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE.

Maputo.

Carta. (2020). "Cabo Delgado: Conselho Nacional de Defesa e Segurança Diz Que Estamos Perante Uma 'Agressão Externa Perpetrada Por Terroristas.'" Marcelo Mose, April 24. Obtido a 16 de Outubro de 2022.

Feijo, João, Jerry Maquenzi, Daniela Salite, and Joshua Kirshner. 2022. "CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS DESLOCADOS INTERNOS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE AO LONGO DO ANO DE 2021." OMR (127):46.

